

**GARANTIR DIREITOS E
DEFENDER O SUS, A VIDA
E A DEMOCRACIA!**

**AMANHÃ
VAI SER
OUTRO DIA!**

SUS

**7ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE SAÚDE**

BRUSQUE - SANTA CATARINA



PREFEITURA DE
BRUSQUE

SECRETARIA DE
SAÚDE



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE

GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA

As conferências de saúde produzem novas manhãs para a democracia e para a vida das pessoas.

A Conferência Municipal de Saúde (CMS) é, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde (COMUSA), um dos principais espaços democráticos de construção de políticas de saúde no município, bem como do controle social e da fiscalização da execução de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma conferência é um processo no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos, expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates, escolhem representantes que levam adiante as ideias que tenham a concordância de todos.

Quem deve participar da CMS?

Desse evento participarão representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadores de saúde formais e informais, associações, sindicatos, setor empresarial, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, organizações não-governamentais e representantes do poder público municipal.

Qual a finalidade de realizar a CMS?

Avaliar, planejar e definir propostas de ações e diretrizes que melhorem a qualidade dos serviços de saúde pública, proporcionando ganhos de qualidade de vida para toda a população e maiores condições para o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, a conferência de saúde é um espaço de diagnóstico e debate que objetiva orientar o planejamento de ações da gestão, em todas as esferas de governo.

No município a conferência de saúde é um momento decisivo de exercício da democracia participativa e da elaboração compartilhada das políticas de saúde locais que incidem diretamente na vida das comunidades e grupos sociais presentes no município, em sua região e em seu estado. É na conferência de saúde que a população pode expressar suas demandas e pleitear ações e serviços de saúde que atendam às suas necessidades. Essas necessidades são expressas em objetivos de médio e longo prazos para o desenvolvimento da saúde pública municipal, estadual e do Distrito Federal. Após a realização da conferência, as suas propostas devem ser incorporadas no Plano de Saúde municipal, estadual e do Distrito Federal.

DOCUMENTO ORIENTADOR

Este documento orientador tem por finalidade estimular e contribuir com os diálogos que acontecerão no município ao longo de toda a realização da 7ª CMS, organizando-se em quatro eixos, a saber:

- I – O Brasil que *temos*. O Brasil que *queremos*;
- II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas;
- III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia; e
- IV – Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas.

EIXOS TEMÁTICOS

I – O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS

Para que possamos fazer novas as manhãs de Brusque e do Brasil que queremos, é fundamental traçar um panorama do município que temos, e entendermos qual é a nossa situação atual, quais são nossas necessidades e demandas, e de quem são as responsabilidades para chegarmos ao novo panorama.

A pandemia desnudou a crise global, seu impacto no aprofundamento

das desigualdades e injustiças sociais, e, com ela, necessitamos recolocar no centro dos debates os desafios para que a população tenha garantido o acesso a serviços de saúde como direito social.

Apesar de todos os ataques sofridos, as trabalhadoras e trabalhadores da saúde não mediram esforços para cumprirem suas atribuições para atender as necessidades das pessoas e salvar vidas e intensificaram e seguiram firmes na luta pelos seus direitos.

Subtemas: (definir problemas e propostas para os subtemas a seguir)

- Demandas estruturais, construção, reforma e manutenção;
- Horários de atendimentos dos serviços;
- Universalidade e fluxos de acesso aos serviços básicos e especializados;
- Redes de Atenção à Saúde (Urgência e Emergência, Saúde Mental, Rede de Crônicos, Deficientes);
- Assistência farmacêutica;
- Campanhas de vacinação e cobertura vacinal;
- Saúde do trabalhador do SUS;
- Gestão e planejamento do SUS.

II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS

A saúde como direito humano, previsto na Constituição, integrante da Seguridade Social e organizada por meio do SUS, nos remete a um Estado Democrático de Direito que oportuniza o acesso por meio de políticas públicas, voltadas às necessidades de saúde das pessoas com toda sua diversidade e pluralidade.

O Brasil, em seu contexto histórico de extremos de desigualdades, é o único país do mundo a se propor a um sistema nacional de saúde de acesso universal, integral e equânime, por meio da regionalização, descentralização e participação social.

A participação da comunidade é garantida pela Constituição, por meio do seu Artigo 198. O controle social e o SUS caminham juntos com o propósito de produção e acesso à saúde, materialização de direitos e exercício de cidadania, o que precisa ser fortalecido nos espaços de participação social, lugares de emancipação política e autonomia de sujeitos e sujeitas no seu processo saúde-doença.

Subtemas: (definir problemas e propostas para os subtemas a seguir)

- Fortalecimento o COMUSA e criar comissões ou conselhos locais;
- Fomento ao controle e a participação social;
- Fortalecimento a comunicação social em saúde, ouvidoria, publicidade e divulgações das ações;
- Transparência e acesso às informações locais de saúde;
- Resgate do observatório em saúde;
- Integração de instituições de ensino e rede de saúde (contratos/convênios de cooperação).

III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA

A saúde resulta do cuidado prestado em redes e serviços de saúde, mas também por políticas econômicas e sociais que a promovam. Como disse Sérgio Arouca na abertura da 8ª CNS, para ter saúde é preciso que as pessoas

“tenham direito à casa, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não os seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria, e que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo". (AROUCA, 1986).

O SUS, como expressão da realização do direito humano à saúde, é considerado a maior política de inclusão social, amparado nos seus princípios e

diretrizes fundamentais – sistema universal de saúde e da determinação social da saúde.

Materializar esses princípios e esse conceito cotidianamente é a nossa tarefa como sociedade, o que nos convoca à participação nos espaços de luta, por meio dos movimentos sociais e institucionais, como o do controle social garantido constitucionalmente.

Subtemas: (definir problemas e propostas para os subtemas a seguir)

- Implantação e implementação de programas estratégicos e ações integradas;
- Educação Permanente aos servidores;
- Educação em saúde como forma de corresponsabilização;
- Estimulo à estratégias de luta contra a desigualdade social;
- Saneamento básico e coleta de lixo.

IV – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA PARA TODAS AS PESSOAS

O município e o país que queremos é um lugar de justiça social, de inclusão, de democracia, de liberdade e de um SUS forte. A vida que abarca a saúde que queremos não está apenas no corpo como pele, ossos e órgãos. A vida inclui as sensibilidades, os sentimentos, os afetos, os desejos e os pensamentos, como também a história e as ancestralidades.

Enfim, a saúde que queremos precisa de um Brasil soberano, democrático e livre. Que reconhece a democracia participativa, o processo eleitoral democrático, a institucionalidade democrática e a participação social.

Subtemas: (definir problemas e propostas para os subtemas a seguir)

- Implantação do setor de busca de recursos em saúde e implementação/reestruturação do setor de licitação e compras;
- Implementação de políticas públicas que garantam qualidade de vida social, cultural, educacional, econômica, sanitária, civil e política a todos;
- Integralidade dos serviços;

- Valorização dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde;
- Ações preventivas devem ser prioritárias.

A 7ª Conferência Municipal de Saúde, como formuladora de diretrizes para o município que queremos, é convocada a defender a saúde como direito, com a suavidade do humano e a radicalidade que a vida requer.

